

NOVA VERSÃO DA HISTÓRIA DO BRASIL

Francisco Iglésias

A historiografia deve ser revista de tempos em tempos, de modo a permitir que novas visões se apresentem, de acordo com o processo social em contínua mudança e as sucessivas gerações que tentam captá-lo e entendê-lo. O romantismo teve a sua, embora aí se vissem o sentimento reacionário e o revolucionário ou o tradicionalista e o liberal. No Brasil ela foi, nesse momento e quase sempre, eminentemente conservadora. Há uma orientação monárquica e outra republicana. Como aguçamento das ideologias em nosso século, a historiografia extrema-se em reacionária e revolucionária ou mantém-se conservadora ou liberal. Cada período com sua fisionomia própria, tenta escrever ou reescrever a história do mundo, de seu país, de sua região. As gerações que pensam ter algo de particular dão um balanço de suas características, bem como de suas conquistas e das perspectivas que se abrem.

É justo, portanto, que apresentem seu modo de apreensão do processo social. Hoje, com a renovação do alcance mais dilatado do horizonte histórico, outra metodologia, interdisciplinaridade das ciências sociais, dificilmente uma obra de história geral ou nacional pode ser escrita por um autor só. Impõem-se então as realizações de grupos, conjunto de autores.

Lembre-se a existência de várias coleções, inspiradas por certas formas de explicar e interpretar. Na historiografia francesa, bem mais conhecida, algumas iniciativas poderiam ser lembradas ao longo do século atual, com trajetória acidentada de realização, concluídas ou a meio caminho em seus propósitos. Lembrem-se, por exemplo, as vicissitudes de uma coleção como a de Henri Berr, mais de uma vez começada e interrompida.

Relativamente ao Brasil, assinale-se a existência de várias coleções que não eram só de História, mas de ciência social no sentido amplo. Caso das famosas **Brasiliana** e **Documentos Brasileiros**, da Companhia Editora Nacional e da Livraria José Olympio — aquela paralisada, esta recomeçando, depois de frágil sustentação.

Tais empreendimentos não têm unidade, não pretendem dar uma visão do País, mas incluir títulos com o objetivo de informar. Daí terem de tudo. Pelo êxito das iniciativas, outras aparecem depois, já em nosso tempo: quase todas as grandes editoras querem ter a sua,

multiplicando-se os nomes. Nenhuma, porém, teve o alcance das duas citadas. O desenvolvimento das universidades brasileiras verifica-se sobretudo na década de 30, quando se criam algumas de maior relevo, como a de São Paulo e a do Distrito Federal. Ampla reforma é feita no ensino, em todos os níveis, acionada pelo ministro Francisco Campos. O País redescobria-se e inventava-se, era necessário aprofundar o conhecimento de suas várias expressões.

Impunha-se levar avante a análise que vinha da década de 20 decorrente do sentido crítico que levava a geração mais atuante a repensar a realidade, como se vê com o centenário da Independência, o modernismo, a política ideológica, as reivindicações de grupos médios traduzidas pelo tenentismo, a crítica mais profunda da República e suas distorções, a busca de orientação que levasse em conta as diferentes manifestações da sociedade — a burguesia agrária, a industrial, a comercial, a financeira; as classes médias; o proletariado urbano e o rural. Devia-se superar a ordem tradicional, em função de um modelo moderno, com mais justiça e igualdade, com o sentido de colocar-se o País ao nível das grandes nações.

Essa é a linha que o Brasil persegue, pelo menos de 30 aos dias atuais, com êxito diverso, avanços e recuos, com as conhecidas dificuldades do ideal democrático. A Nação cresceu e se desenvolveu, assimilou grande parte do que o mundo tem de mais avançado, mas ainda tem de abafar ou suprimir muito de obsoleto e retrógrado a impedir-lhe a marcha normal. Esta é a grande tarefa de hoje, quando se verifica a proximidade do primeiro centenário da libertação do escravo e da instituição da República, dos duzentos anos da Revolução Francesa, de significado universal, quando se sente a proximidade de um novo século e a passagem para o terceiro milênio da era cristã. É preciso fazer o balanço do que se é para o grande salto, que representará não só o aspecto quantitativo, mas também o qualitativo. Desenvolve-se no País, como em outros, mais sólida consciência crítica, a chamada mentalidade de inventário, bem mais viva agora, quando se pretende a passagem para o Estado de Direito, após o arbítrio instituído em 1964, que muito destruiu e nada realizou.

Neste momento termina um dos mais grandiosos planos intelectuais e editoriais no Brasil — a coleção da **História Geral da Civilização Brasileira** —, começada por Sérgio Buarque de Holanda e concluída por Boris Fausto. Deve-se a iniciativa à Difusão Européia do Livro, com o ânimo, a lucidez e a coragem de Paul-Jean Monteil, francês que aqui viveu, movimentando bem montada livraria e criando uma editora que já desempenhou e desempenha notável papel na vida intelectual de São Paulo e do Brasil. A editora incumbiu-se do lançamento da tradução da **História Geral das Civilizações**, obra bem conduzida por Maurice Crouzet em vários volumes, com a colaboração de alguns dos historiadores mais

eminentes de seu país. É o último empreendimento do gênero, de grande repercussão. A série francesa foi adotada em nossas Universidades, elevando o nível do ensino.

O editor pensou em realizar trabalho equivalente no Brasil, convocando para dirigi-lo o historiador Sérgio Buarque de Holanda. Pareceu ao responsável dividir a obra em três grandes grupos, que se subdividiriam em livros: de acordo com critério convencional, mas de conhecida funcionalidade, falou em época colonial (dois volumes), Brasil monárquico (cinco volumes) e Brasil republicano (quatro volumes). O conjunto de 11 volumes consta de 5.310 páginas e 162 capítulos (907 páginas e 39 capítulos para a primeira, 2.282 páginas e 79 capítulos para a segunda e 2.121 páginas e 44 capítulos para a terceira). Iniciada em 1960, completa-se em 1984, marcando do princípio do século XVI até 1964. Imaginada na época de Juscelino Kubitschek, sob o signo da confiança, crença no desenvolvimento e até certo otimismo, atravessou os governos de Jânio Quadros e João Goulart, de perplexidade e instabilidade. Os oito outros volumes foram pensados e escritos já sob o regime militar, em cujo ocaso é publicado o último da série.

Como se disse, as duas primeiras partes foram dirigidas por Sérgio Buarque de Holanda, assessorado por Pedro Moacyr Campos; a terceira coube ao historiador Boris Fausto. Os dois diretores não pretenderam fidelidade dos vários autores a determinada linha de pensamento; a obra não espelha uma ideologia; liberais, revolucionários e até reacionários colaboram juntos. Os coordenadores justificam a heterogeneidade de opiniões lembrando o primeiro que assim é nos grandes trabalhos historiográficos de equipe, alguns ainda em andamento. O segundo é mais incisivo, ao dizer do “propósito de alcançar um razoável grau de homogeneidade e não de unanimidade. Uma das razões pelas quais a homogeneidade não pode ser maior reside no fato de que a coleção se define como conjunto de trabalhos individuais e não como obra coletiva”.

Os autores foram livremente escolhidos pelos diretores, entre pessoas supostamente conhecedoras da História do Brasil. As escolhas foram quase sempre felizes, embora houvesse grande diversidade entre os nomes, como acontece em geral em promoções do gênero. Parece-nos que havia mais rigor no critério na obra francesa que na brasileira. Aquela reúne em cada volume dois, três, quatro ou cinco nomes, havendo mesmo um volume com um só (caso do admirável século XX, redigido pelo coordenador Maurice Crouzet), enquanto esta usa número maior: a primeira parte, em 39 capítulos, tem quase 30 autores; a segunda tem mais algumas dezenas; a terceira já é mais sóbria, ganhando com tratamentos mais amplos e seguros.

Se é bom convocar mais de um escritor, chamando diversos há uma certa atomização dos assuntos, como se dá por exemplo no primeiro

volume da primeira parte. Tudo indica que as convocações foram feitas menos por uma estrutura sólida da obra que pelo fato de serem os responsáveis conhecidos dos coordenadores ou por serem autores de obras sobre o assunto. Evidentemente há mais critério no segundo caso.

Em linhas gerais, há equivalência nas três partes. A segunda e a terceira são mais equilibradas e de melhor acabamento. A primeira, sobre a Colônia, não tem a mesma harmonia, apesar de ser o coordenador profundamente versado na matéria; sabe-se que Sérgio Buarque de Holanda tinha carinho especial pela época, sobretudo pelo século XVII, sobre o qual escreveu algumas de suas páginas mais importantes. Conhecia muito também o Império, como se vê em alguns capítulos e sobretudo no quinto volume da segunda parte, ponto mais alto da série e dos mais admiráveis estudos dedicados ao Império. Conhecia bem a República, é claro, pela sua cultura universal e em ciências sociais. O seu estilo e formação, contudo, condiziam mais com a história dos primeiros séculos que com o atual; esta bem menos lhe atraía a atenção, embora estivesse sintonizado com o mais novo e mesmo com as vanguardas artísticas e políticas, como convinha ao grande historiador que foi.

O período republicano coube a Boris Fausto. O jovem historiador é bem representativo do que há de melhor na historiografia nacional. Íntimo de mais de uma ciência social, já escreveu textos valiosos sobre a Revolução de 1930, sindicalismo e movimento operário e publicou há pouco **Crime e Cotidiano (1880 — 1924)**, marco significativo na bibliografia, pois se trata de uma das primeiras realizações no campo superior de temática da nova historiografia. A pesquisa acurada, a formação de cientista social e o conhecimento do Direito, a serviço de uma inteligência clara e objetiva, contribuem para a alta categoria do livro. A coordenação da empresa deve ter-lhe valido muito. Nela comparece também com dois capítulos, que perfazem 81 páginas (Sérgio Buarque de Holanda escreveu 33 capítulos, no total de 797 páginas, sendo mais da metade do volume quinto da segunda parte — **Do Império à República**).

O certo é que o conjunto transmite uma visão rica e abrangente do processo nacional. Com dois coordenadores, as partes equivalem-se nas qualidades e nos defeitos. As duas primeiras, até 1889, pela própria natureza do período, são mais acadêmicas. Já a terceira é mais livre e provocativa. Trata de assuntos ainda hoje vivos, de enorme riqueza pela abundância de fontes e tradição oral. O pesquisador fica afogado em um mar de documentos de todo tipo, ainda não organizados. Só recentemente a República desperta o cuidado dos historiadores. Antes era relegada, por equívocos de preconceitos que negavam a possibilidade da história recente ou presente. O tratamento dos temas por não-historiadores ou pelos chamados “brazilianists” fez a imposição da República, chegando-se já ao exagero. Antes, nada de contemporâneo; agora, só o contemporâneo, em modo distorcido de ver.

Nota a ser destacada no período republicano é o apelo à colaboração de diversos cientistas sociais — economistas, sociólogos, politicólogos, antropólogos, filósofos, críticos de literatura e de arte em geral. A participação desses nos períodos anteriores é pequena. A presença de Fernando Henrique Cardoso, Maria Isaura Pereira de Queiroz, José C. Gnacarini, Paul Singer, Francisco de Oliveira, Duglas Teixeira Monteiro, José Murilo de Carvalho, Heloísa Fernandes, Alfredo Bosi, Bolivar Lamounier, Hélgio Trindade, Leôncio Martins Rodrigues, Sérgio Miceli, Marcelo Paiva Abreu, Pedro Malan, Tamás Szmrecsányi, Cândido Procópio, Guilhermino César, Maria Rita Galvão, Décio Almeida Prado valoriza bem a terceira parte. Se essa colaboração já existia nas duas anteriores, era bem menor: Aziz Ab'Sáber, Florestan Fernandes, Antônio Cândido, Lourival Gomes Machado, Dorival Teixeira Vieira, Cruz Costa, Célia B. Barreto, Paula Beiguelman, Otávio Iani, Mário Barata, Egon Schaden.

O questionamento de se essa presença é nota positiva ou negativa já não tem procedência. É claro que é mais positiva, pois o cultor de área diversa traz para a história outra perspectiva. Se quase nunca ou nunca tem alguma pesquisa, a originalidade está no seu enfoque, freqüentemente diverso daquele da historiografia consagrada. Pode-se alegar que o assunto seria mais esclarecido com a abordagem de um historiador que tivesse feito longa pesquisa, só ele é capaz de dar à análise a perspectiva da história, enquanto os mais diversos cientistas sociais não a conseguiram. Pode ser, mas o certo é que os temas históricos considerados por outros têm quase sempre um tom de novos, com alguma coisa que os historiadores não costumam ter. Lembre-se que alguns dos textos mais ricos de substância e sentido históricos, entre nós, são feitos por não-historiadores: para citar casos de autores ainda em produção, Vítor Nunes Leal e **Coronelismo, Enxada e Voto** (1949), Raimundo Faoro e **Os Donos do Poder** (1958), Celso Furtado e **Formação Econômica do Brasil** (1959), Florestan Fernandes e **A Revolução Burguesa no Brasil** (1975). São textos de política, sociologia e economia, mas são também — diria até sobretudo — de história. Outro tanto se dá na historiografia universal.

Caracteriza esses estudos uma análise com a aplicação dos modelos explicativos de diversas áreas, às vezes até com o gosto de experiências e mesmo de exercício intelectual. É claro que os últimos não seriam razoáveis em uma obra da natureza da **História Geral da Civilização Brasileira**, na qual se pretende traçar um amplo quadro do processo evolutivo de mais de quatro séculos. Na medida em que são feitos, como nos diversos capítulos considerados aqui, são legítimos. Parece-nos válido traçar uma linha, como se faz freqüentemente — sobretudo no período republicano —, com pequena base

empírica e ampla conclusão. Seria o caso de textos como os de Paulo Sérgio Pinheiro no segundo volume do período republicano — classes médias urbanas e proletariado industrial.

Outros ficam mais ajustados no trato por especialistas de área diversa: caso dos capítulos do primeiro volume — Maria Isaura Pereira de Queiroz, o coronelismo numa interpretação sociológica; Paulo Singer, o Brasil no contexto do capitalismo internacional; Francisco de Oliveira, a emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha. Ou, no volume dois, texto de Bolívar Lamounier, interpretação do pensamento político autoritário. Enriquecem uma obra de história.

Poder-se-ia alegar que teria mais propriedade e eficácia no livro o tratamento desses assuntos por um historiador: qual ou quais os nomes a serem convocados então por Sérgio Buarque de Holanda e Boris Fausto? É temática que faz bem aos livros de história, a ser melhor considerada um dia. Valem muito essas apresentações do material, mesmo no estado em que se encontram. Se vierem a ser revistas, tanto melhor. Por certo retratam a fase presente dos estudos de ciência social.

Essa História, escrita por dezenas de autores, é uma espécie de balanço do que se sabe da trajetória brasileira. Evidentemente em alguns capítulos está aquém do conhecido, pois historiador mais habilitado poderia realizar melhor. Vários não acrescentam nada ao já sabido. O importante é que sentem a dimensão do domínio da área. Por ela se vê que há muito ainda a ser investigado, muita revelação a ser feita. Se a história do Brasil já não é mais a casa construída na areia, com perigo de desabamento se alguém encosta nela, como escrevia Capistrano de Abreu, ainda não é o edifício sólido desejado. Há dezenas de assuntos ainda não objeto de análise, sobretudo alguns elementos básicos pouco conhecidos e essenciais para a compreensão da estrutura da dinâmica. Tem-se a impressão de conjunto harmonioso, pelo esquema da historiografia oficial, tão falado e ligeiro. Há uma historiografia política que ilude os incautos. Conhecida nos dados aparentes, ignora a verdadeira máquina de interesses. Mais faltas há ainda na história social e econômica, na vida intelectual. Pouco se sabe do cotidiano.

Muito, porém, já se obteve, com o aprimoramento das técnicas de trabalho, com a assistência às fontes, aos arquivos, ao patrimônio histórico e artístico; com o estudo regular e seguido de História nos cursos universitários de ciências sociais; a justa compreensão da História como estudo necessário e eficaz na condução da vida pública. Desde os anos 30 se determina esse objetivo, cada vez com mais clareza e rigor. A denúncia das precariedades ou mesmo falsidades do conhecimento histórico deixa alerta quem a ele se dedica. Todo esse esforço renovador começa a dar

frutos, como se vê na edição agora comentada. Seu efeito será cada vez mais notável, colocando a História no lugar de relevo entre as ciências do homem, que já teve e depois perdeu para outras, mais ousadas e requeridas de imediato pela presente ordem.

Dentro de alguns anos outra obra no gênero será feita. Não poderá deixar de ter em conta o esforço e o resultado da presente. Desafio para o historiador é a obra de síntese, uma história do Brasil. Já algumas tentativas foram anunciadas e não apareceram. As últimas devem ser as de Pedro Calmon e Hélio Viana: ao esforço meritório não correspondeu o efeito esperado, pois muito lhes faltou para a compreensão do Brasil novo. Apegadas a fórmulas oficiais antigas e gastas, não acrescentaram nada. Outras, de radicalismo esquerdista, também não tiveram resultado ponderável.

Dessa massa de pesquisas, novos elementos e correntes explicativas, deverá sair uma outra visão da matéria. A tarefa é difícil, é desafio para o historiador. Não se vê ainda no horizonte a obra desejada. Sabe-se que Sérgio Buarque de Holanda pretendia fazer livro do gênero, como confessou mais de uma vez. Entregava-se à coordenação da iniciativa ora encerrada com o objetivo de amadurecer o plano de trabalho. Não o escreveu, por falta de tempo e disposição — o que se lamenta, pois nenhum historiador o faria com igual competência e estilo.

Da inquietação, do sentido crítico, do desejo de acertar e mais ainda é que deve surgir algo como foi feito no início do século passado por Robert Southey, em meados do mesmo século por Francisco Adolfo de Varnhagen. O monumento do historiador oficial desempenhou o seu papel. É necessário outro, pois há mais de cem anos a serem considerados. Ao longo deles muito se reviu de quanto se escrevera e centenas de obras foram produzidas. Síntese equivalente não foi tentada. É desse conjunto feito pelo desejo de conhecer que vai nascer outro livro de síntese. Desafio, provocação, atração. Todo historiador nacional deseja apresentar a sua versão totalizante. Os cursos de História das Faculdades de Filosofia ainda não deram o recado que se esperava deles, mas já o anunciam, como se vê na presente obra. É continuar o trabalho. Da contribuição de milhares é que um dia surge alguém com mais força, garra, lucidez e reúne o esforço dos antecessores, englobando-os e superando-os.